



MUNICIPIALIDADE

Experiências Inovadoras em Gestão Municipal

Edição: 2019/2020



Ficha de Cadastro

Primeira Etapa

Título da iniciativa:

EPA - Escritório Público de Assistência Técnica

Iniciativa cadastrada por:

FLÁVIO TAVARES BRASILEIRO

Data de cadastro:

14/05/2019

Status da iniciativa:

Finalista

Instituição responsável:

Município

Município(s):

Conde/PB

Site oficial:

<http://conde.pb.gov.br/>

Tema selecionado:

Planejamento territorial / habitação

Data de início da implantação:

16/01/2018

Data prevista da conclusão:

31/12/2020

Objetivo:

O EPA tem como principal objetivo oferecer os serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para as famílias de mais baixa renda, garantindo a aplicação da Lei Federal 11.888/2008, que assegura o direito à assistência técnica pública e gratuita para a parcela da população que, normalmente, não alcança tais profissionais. Visa assegurar o direito à serviços técnicos para construção, reforma e regularização fundiária; contribuir para a redução do déficit habitacional qualitativo, reduzindo precariedades habitacionais, urbanísticas e fundiárias; qualificar o espaço edificado e seu entorno; melhorar as condições de habitabilidade das famílias beneficiadas. As ações urbanas atingem a um número de pessoas beneficiadas além dos próprios moradores das localidades, enquanto as ações de melhorias habitacionais beneficiam as famílias que recebem os projetos/obras. Atualmente o EPA está concluindo 63 projetos na Comunidade Terras Belas, bem como atuando na regularização fundiária de 800 famílias

Atividades:

No âmbito da qualificação dos espaços de uso coletivo, Mutirão na Vizinhança, já foram realizadas três ações. A primeira foi o projeto e a construção da Praça da Amizade, localizada no Conjunto Habitacional Ademário Régis; a segunda foi a reconstrução do Museu Quilombola do Ipiranga, utilizando a técnica tradicional da taipa de mão; e a terceira foi a ativação de espaço público lindeiro ao Núcleo de Cultura Municipal. As ações do Mutirão na Vizinhança objetivam constituir uma metodologia de atuação participativa e colaborativa, colocando as comunidades locais como protagonistas das transformações. No âmbito das melhorias habitacionais, foi realizado o credenciamento de 16 empresas e já contratadas 4 para a elaboração de 63 projetos de reforma, ampliação ou conclusão de moradias na comunidade Terras Belas. Ainda foi elaborado, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, um projeto para Regularização Fundiária da comunidade Vila do Amanhecer, que está em processo de registro.

Situação anterior:

O EPA se propõe atuante em diversos campos de intervenção, e os desafios também se apresentam diversos. Certamente a principal dificuldade é a disponibilização de recursos para o financiamento das ações, embora a Assistência Técnica surja justamente com a ideia de otimização de recursos. Neste âmbito, as melhorias habitacionais são as mais significativas, uma vez que há de se custear os serviços para a elaboração dos projetos e a execução das obras. No que se refere às intervenções nos espaços de uso coletivo, como as desenvolvidas pelo Mutirão na Vizinhança, um dos desafios é o de prever a aquisição de materiais em escala para a execução pela equipe colaborativa, em contraposição às tradicionais licitações para contratação de empresa de engenharia para execução das obras. Além disso, há de se destacar o constante desafio de estimular a participação das comunidades locais, uma vez que as ações se pretendem colaborativas, priorizando o protagonismo da população.

Situação atual:

O EPA é um Programa que representa uma maior aproximação do poder público com a população, já que propõe intervenções no sentido de atacar o déficit urbanístico e habitacional qualitativo, ou seja, aquele relacionado às precariedades das áreas urbanas já consolidadas. Além disso, permite/estimula a participação social em todo o processo de desenvolvimento dos projetos, que tendem a retratar as reais necessidades de cada família ou das comunidades. Dessa maneira, a gestão pública, além de garantir direitos, promove a coparticipação nas ações de desenvolvimento urbano, gerando um maior sentimento de pertencimento e confiança junto à população, que passa a ser partícipe e não simplesmente beneficiário. Soma-se a isso o fato de que, mesmo ainda sendo um entrave para prefeituras de pequenos porte, representam um investimento e um volume de recursos mais praticáveis e tangíveis pelo Poder Público local.

Por que a iniciativa é inovadora?

O EPA não se limita apenas ao produto arquitetônico ou urbanístico concluído e entregue, mas sim ao seu processo, tornando o cidadão parte integrante dos complexos métodos de produção da cidade e co-responsáveis por essas transformações. Ainda que não seja exatamente uma novidade, a assistência técnica para famílias de baixa renda ainda não se consolidou como prática da política urbana e ainda enfrenta uma série de dificuldades. No caso do EPA, a Prefeitura faz questão de articular poder público, sociedade e academia em um processo de retroalimentação dos conhecimentos, gerando resultados muito mais densos. Aqui, o Programa visa atacar as precariedades fundiária, urbanística e habitacional das comunidades consolidadas além de utilizar instrumentos e ferramentas de atuação que se apresentam singulares, como o credenciamento para a contratação, por inexigibilidade de licitação, dos serviços técnicos profissionais e das metodologias de participação social para a elaboração dos projetos.

Por que a iniciativa deve ser selecionada?

A histórica luta dos movimentos sociais e da sociedade pela implementação de políticas públicas relacionadas ao direito à moradia e à cidade resultaram em uma série de experiências e normativas que ainda não se consolidaram na base dos programas de moradia e das políticas urbanas. Sendo a maior parte do déficit habitacional das cidades brasileiras aquele relacionado à qualidade das habitações, à insegurança da posse e à precariedade do espaço público, é necessário que investimentos cada vez mais objetivos sejam

direcionados para intervenções dentro desse espectro. Além de garantir o acesso aos serviços de assistência técnica para melhorias habitacionais e regularização fundiária, o EPA incorpora dentro de seu escopo as melhorias urbanas colaborativas e comprova que tais ações podem ser desenvolvidas sem a necessidade de recursos vultuosos, experiência que pode ser difundida para outros municípios, sobretudo de regiões metropolitanas, onde a problemática habitacional é mais intensa.

A iniciativa tem baixo custo de implementação?

Sim

A iniciativa tem potencial de reaplicação em outros municípios?

Sim

Conhece a ferramenta IDMS?

Não

A iniciativa se classifica em mais algum tema além do principal?

Planejamento territorial / habitação, Participação social, Desenvolvimento econômico / Empreendedorismo / Emprego

Nome do prefeito(a):

MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA